



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA

JOSEFA MARIA DOS SANTOS RAMO

**O LÚDICO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
COMO OS EDUCADORES O UTILIZAM DURANTE A PANDEMIA**

ALAGOA GRANDE- PB
DEZEMBRO - 2021

JOSEFA MARIA DOS SANTOS RAMO

O LÚDICO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: como os educadores o utilizam durante a pandemia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Itacyara Viana Miranda

ALAGOA GRANDE- PB

DEZEMBRO – 2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R1751 Ramo, Josefa Maria dos Santos.
O lúdico nos anos iniciais do ensino fundamental:
como
os educadores o utilizam durante a pandemia / Josefa
Maria dos Santos Ramo. - João Pessoa, 2021.
42f. : il.

Orientação: Itacyara Viana Miranda.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia
- modalidade a distância) - UFPB/CE.

1. Ensino lúdico. 2. Pandemia. 3. Ensino fundamental.
I. Miranda, Itacyara Viana. II. Título.

UFPB/CE CDU 373.3(043.2)

JOSEFA MARIA DOS SANTOS RAMO

O LÚDICO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: como os educadores o utilizam durante a pandemia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Pedagogia – Modalidade a distância da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como pré-requisito para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia

Aprovado em: 02 / 12 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Itacyara Viana Miranda.

Profa. Dra. Itacyara Viana Miranda
Orientadora – UFPB/DFE

Lays Regina B.M.M. dos Santos.

Profa. Dra. Lays Regina B. M. M. dos Santos
Professor Externo – UPE



Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva
Professor Interno – UFCG

AGRADECIMENTOS

Quero, primeiramente, agradecer à Deus que me deu força e coragem para superar todos os desafios ao longo desses anos.

Minha família, especialmente minha mãe que sempre acreditou em mim. Meu esposo, que sempre deu força e ajudou no possível, minha filha por ser o motivo de me fazer querer vencer todos os dias.

Minha vizinha que sempre ficou com minha filha para que conseguisse realizar a prova no polo.

Por fim, a Coordenação do polo de Alagoa Grande, todos os professores que tive ao longo do curso, especialmente, os professores de TCC pelo carinho e atenção, passei o curso com medo de pagar essa disciplina.

RESUMO

Este presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo entender como os educadores utilizam o lúdico nos anos iniciais da educação básica, mesmo diante dos desafios de um cenário de pandemia da covid-19, onde a solução encontrada foi o ensino não presencial e semipresencial em todo o país. Em termos metodológico, trabalhamos com pesquisa bibliográfica, cujo fim veio ser a revisão da literatura pertinente à temática do lúdico nos anos iniciais. Também recorremos aos decretos e leis que contemplam a educação (anos iniciais). Para além, trabalhamos ainda com questionário criado por meio de Google Forms, enviado para professores pelo aplicativo de WhatsApp, sendo essa uma pesquisa qualitativa e quantitativa de análise dos dados obtidos. Três escolas da rede pública do município de Guarabira do estado da Paraíba foram selecionadas para a efetivação dessa coleta. No que pese a parte teórica, autores como: Piaget (1976), Kishimoto (1996) e Mota (2009) servem como suporte do debate instaurado para os anos iniciais da educação básica e a utilização do lúdico. O trabalho segue como mais uma produção que tende a contribuir com a educação brasileira e seus vários espaços de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Ensino lúdico. Pandemia. Anos iniciais da educação básica.

ABSTRACT

This present course completion work aims to understand how educators use playfulness in the early years of basic education, even in the face of the challenges of a covid-19 pandemic scenario, where the solution found was non-presential and blended teaching across the country. In methodological terms, we work with bibliographical research, whose purpose was to review the literature relevant to the theme of playfulness in the early years. We also use the decrees and laws that cover education (early years). In addition, we also work with a questionnaire created through Google Forms, sent to teachers through the WhatsApp application, being this a qualitative and quantitative research of analysis of the obtained data. Three public schools in the municipality of Guarabira of the state of Paraíba were selected to carry out this collection. Regarding the theoretical part, authors such as: Piaget (1976), Kishimoto (1996) and Mota (2009) they serve as support for the debate initiated for the early years of basic education and the use of playfulness. The work continues as another production that tends to contribute to Brazilian education and its various spaces of development.

Keywords: Playful Teaching. Pandemic. Early Years of Basic Education.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - O Lúdico e o processo de ensino aprendizagem	29
Gráfico 2 - O lúdico na sala de aula	30
Gráfico 3 - Pontos positivos inerentes ao uso do lúdico na Educação	31
Gráfico 4 - Tipos de atividades lúdicas utilizadas em salas de aula	32
Gráfico 5 - A escola, o recurso material e a aplicabilidade das atividades lúdicas	33
Gráfico 6 - A Pandemia de Covid-19 e o lúdico na Educação	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 DEBATE SOBRE O LÚDICO	12
2.1 Legislações brasileira da educação	13
2.2 Anos iniciais: O lúdico para o ensino das crianças.....	16
3 ADAPTAÇÕES NA EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA.....	20
3.1 O lúdico na pandemia	23
3.2 Relatos de experiência: o lúdico e o ensino semipresencial	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	40
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	41

INTRODUÇÃO

A ideia de infância vem sofrendo mudanças ao longo da história, tendo a infância ganhado novos contornos ao longo dos tempos, sendo hoje, a criança um ser dotado de direitos, dentre os quais a educação é um deles. Para melhor entendimento do que estamos falando dialogamos com Philippe Ariès (1981) e sua obra *História Social da Criança e da Família*, tanto a obra como o autor são, pois, representativos quando pensamos os debates dessa temática, logo ao tratar do período medieval, o autor argumenta não haver uma ideia de infância nesse momento, uma vez que o que se tem são homens em miniaturas e cuja família não teria a princípio função afetiva.

Diante dessa questão e aprofundando o seu debate em torno da infância, Ariès (1981) vai argumentar que, a partir do século XVII, há um apelo muito forte da sociedade em torno da ideia de moralização, sobretudo por parte da Igreja e do Estado, instituições normativas e que passaram a apontar uma mudança significativa na composição e estrutura modelar da família, qual seja: família nuclear fechada, onde a criança tornava-se objeto de atenção dos adultos.

Ao tomar como ponto de partida essa mudança de paradigma estabelecida nesse período que constitui o medievo, acabamos por entender o fato de que a infância, é, pois, uma construção histórica social que ganha forças a medida em que, o sentimento e o sentido de infância vai sendo cunhado e a família tem como um dos seus principais agentes de transformação a ideia de sucesso social, tendo na educação de seus filhos a sua materialidade e concretude. É no ceio familiar que ocorre o desenvolvimento emocional em relação às crianças, passando elas a se relacionarem com a sociedade por um outro prisma que não a do adulto. A escola é, nesse momento, ponto de referência da constituição dessa infância e do seu desenvolvimento pleno.

Dito isto, várias são as possibilidades de leitura entre a infância, a escola e a família historicamente. Contudo, o objetivo aqui é traçar um debate em torno dos anos iniciais da educação básica, levando a cabo o papel do ensino lúdico, em especial nesse momento correlato ao tempo presente de pandemia de Covid-19 e necessidade de reestruturação pedagógica.

Descobrir os desafios enfrentados pelos professores para realizarem o lúdico nas aulas e tentar compreender o que os professores pensam sobre o lúdico foram

objetivos específicos deste trabalho. A intenção foi entender como alguns docentes vêm utilizando o lúdico como parte integrante de uma prática correlata ao processo de ensino aprendizagem de crianças nos anos iniciais e tudo isso, mediante o desafio de isolamento social e medidas preventivas de saúde pública que atingiram em cheio o modelo de escolarização presencial, sendo a solução encontrada o ensino não presencial e semipresencial em todo o país.

Algumas questões foram importantes para a escrita desse trabalho: existe tempo para o lúdico na sala de aula de ensino não presencial/semipresencial? Com qual frequência as atividades lúdicas têm se desenvolvido? É essa, prática comum entre os professores dos anos iniciais? Na forma de problemas, essas questões não só direcionaram o caminho a percorrer, como acabaram dando margem para nossa justificativa, que é a necessidade crescente de melhor entender e debater o momento atual que vivenciamos na educação dos anos iniciais em frente dos desafios impostos pela pandemia ainda em curso no país e no mundo.

O direito anunciado nos textos legais da educação brasileira, de uma educação “para todos”, garante à criança e à infância o acesso ao ambiente escolar e suas diversas experiências, dentre as quais o ensino lúdico faz parte. Assim lemos:

Uma infância estimulante, com brincadeiras apropriadas a cada etapa de desenvolvimento, contribui para a formação de uma personalidade mais íntegra, saudável e completa. Um ambiente adequado e motivador poderá delinear a qualidade de experiências que serão vividas pela criança. (SACCHETTO; MADASCHI; BARBOSA; SILVA; SILVA; FELIPE; SILVA, 2011, p.2)

Conforme lemos no trecho acima e defendemos, a infância deve ser o espaço em que são estimulados os elementos de formação de personalidade das crianças, junto com um ambiente adequado que venha a contribuir positivamente para o seu desenvolvimento. O lúdico é uma possibilidade apontada, pedagogicamente, de aprender brincando, sendo essa ação parte das vivências dos anos iniciais da educação básica. O lúdico é utilizado com o intuito de apresentar propostas de atividades que sejam mais prazerosas e causem interesse entre os aprendentes.

É preciso deixar claro que esse estudo se volta para uma realidade específica, qual seja: cidade de Guarabira, região do brejo do estado da Paraíba; ano de 2021; tendo como referência três escolas públicas municipais. A escolha das instituições

de ensino se deu de forma aleatória em termos geográficos. No entanto, alguns aspectos foram fundamentais: que todas elas estivessem funcionando na modalidade de ensino semipresencial, que pertencessem à rede pública de ensino e ofertassem os anos iniciais.

No que pese a metodologia, recorreremos à estratégia de pesquisa de campo quali-quantitativa, com utilização de questionário aplicado entre os docentes dos anos iniciais da educação básica do município supracitado. Tal questionário, se deu através do modelo Google Forms, tendo em vista a necessidade de distanciamento social diante da pandemia em vigor no mundo, portanto, todo contato foi feito virtualmente, da seleção dos docentes à coleta dos dados, que correspondem à um misto de perguntas de múltipla escolha e aberta em torno da temática do ensino lúdico durante a pandemia.

Com a participação de 2 (dois) professores por instituições, um do primeiro ano e outro do segundo ano dos anos iniciais. No primeiro momento, procurei explicar sobre o questionário para que eles soubessem de que estavam participando e, em seguida, solicitei os números de celulares que tivessem vínculo com o aplicativo de WhatsApp, para que pudesse enviar o link do formulário, de modo a dar acesso aos docentes ao conteúdo do documento.

As turmas dos anos iniciais são compostas por crianças que têm aproximadamente de 6 a 8 anos de idade, então estão na fase de alfabetização. Como sabemos, a pandemia obrigou a um período de isolamento social, no qual as aulas presenciais foram suspensas. Contudo, em 2021 já tem sido dado o movimento de retorno gradual e seguro do ensino presencial e semipresencial. Entendemos que todo esse período sem aulas foi prejudicial ao desenvolvimento da fase de alfabetização dos alunos, que chegam nesse momento, ainda em processo de aprendizado da forma escrita e da leitura.

Este estudo, a todo momento, menciona a criança e traz ela como sujeito principal da educação nos anos iniciais em tempo de pandemia, através da pesquisa bibliográfica que conduz o lúdico como elemento essencial para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem.

Conforme apontado anteriormente, a metodologia adotada foi a de pesquisa bibliográfica e documental, somada a um estudo de campo quali-quantitativo, tudo isso associado a um diálogo com a teoria, conhecimento já produzido em torno do lúdico e seus usos nos anos iniciais da educação básica.

Como título - O lúdico nos anos iniciais do ensino fundamental: como os educadores o utilizam durante a pandemia -, temos uma referência direta aos objetivos do texto que se apresenta. Em seguida, debatemos elementos que julgamos importantes, quais sejam: um breve debate sobre o lúdico; legislações brasileiras da educação, e suas adaptações na educação básica durante a pandemia; relatos de experiência: o lúdico e o ensino semipresencial. Depois de tudo isso, passamos de agora em diante, a um diálogo mais profundo e reflexivo, junto com você leitor.

2 DEBATE SOBRE O LÚDICO

Para debater o lúdico na educação, é, pois, necessário, apreender o seu significado e utilidade para o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, destacamos o lúdico como uma palavra originária do latim, *ludos*, e que tem relação direta aos jogos e espaços de distração. Tal significado nos leva a crer que a ludicidade é um poderoso instrumento de interação das crianças; assim como permite, à escola e ao ato de brincar, um maior potencial de desenvolvimento cognitivo, motor e social do discente.

A ludicidade, conforme dito acima, é uma forma de desenvolver a criatividade, conhecimentos e está ligada aos jogos e às brincadeiras que no processo de ensino e aprendizagem ajudam na melhoria da dinâmica das aulas. Ajudam também na absorção dos conteúdos abordados, deixando fluir a imaginação dos sujeitos aprendentes.

Sendo, a escola, um ambiente em que existe a diversidade; nada mais justo que trabalhar essa diversidade com táticas e estratégias que possam aproximar o educando do conhecimento. A ludicidade então deve ser vista como uma forma de colaborar com essa aprendizagem, com a diversidade e com desenvolvimento integral do ser humano. Através do lúdico, o aluno consegue entregar-se às brincadeiras, participando ativamente das atividades propostas pelo docente. Quanto à necessidade de momentos lúdicos na escola e na vida como um todo, argumentam Silva e Piedade (2017):

A ausência do brincar nas escolas impede o desenvolvimento cultural dos alunos em perspectiva social, afetiva, histórica e criativa. Sabe-se que a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. Independentemente do tipo de vida que se leve, adultos, jovens e crianças, todos precisam de brincadeira e de alguma forma de jogo, sonho e fantasia para viver. (SILVA; PIEDADE, 2017, p.14).

Não temos dúvidas de que a falta de brincadeiras no ambiente escolar dificulta o processo de desenvolvimento cultural, social, afetivo, histórico e criativo da criança. Deste modo, a ludicidade é importante em todas as etapas da vida humana, sobretudo quando associamos à etapa dos anos iniciais da educação básica.

A ação de aprender requer orientações que serão essenciais para o desenvolvimento do(a) aluno(a), sendo válida a produção e o planejamento de aulas dinâmicas, por meio de brincadeiras, facilitadoras do processo ensino-aprendizagem. Como sabemos, o ato de brincar está presente desde muito tempo na história da humanidade. O cientista suíço Piaget (1976), ao tratar dessa questão, debateu a ideia de que as brincadeiras e os jogos não devem ser formas de interação tão somente com o intuito de gastar a energia e o tempo da criança e sim, para auxiliar como instrumento, meio e caminho para o desenvolvimento intelectual do discente.

Atualmente, frente à pandemia da COVID-19, a fase de ensino dos anos iniciais procurou se adaptar às necessidades impostas pela circulação do vírus no Brasil e no mundo. Nestes termos, com uma educação baseada no ensino não presencial e semipresencial como caminho possível, a ludicidade acaba se tornando indispensável para essa realidade de isolamento social já em curso. Portanto, cabe ao educador, traçar estratégias e planejar, objetivamente, o brincar como forma de desenvolvimento do discente, que agora passa a se adaptar às aulas no ambiente ora familiar/doméstico, ora escolar.

Para que o educador seja capaz de ministrar uma boa aula utilizando o elemento lúdico, ele precisa ter uma opinião formada sobre a dinâmica e os jogos, ademais de ter contato com instrumentos de leis que regem o ensino, a exemplo da BNCC, que orienta e anuncia conteúdos necessários para o ensino básico, no sentido da promoção de uma autonomia do educando.

Em pleno século XXI, onde as tecnologias se colocam tão presentes no cotidiano, ainda que de forma desigual entre os grupos sociais - TV's, celulares, notebooks e entre outros -, é preciso cada vez mais possibilitar o acesso às mais variadas formas de brincar, que não apenas os jogos virtuais; sendo a escola, espaço fundamental para isso, através de atividades tais como: leituras divertidas, faz de conta e entre outros. A essência dessas atividades precisa ser sempre o bem-estar e o desenvolvimento do discente, contribuindo assim para sua autoconfiança e seu crescimento.

2.1 Legislações brasileiras da educação

Crianças e adolescentes são sujeitos que ganharam direitos sociais com o passar dos tempos, a exemplo, podemos destacar a perspectiva de proteção integral não só da sociedade, mas da família e do Estado, via Constituição Federal de 1988, do próprio ECA (1990), a LDB 9394/96 e mesmo a BNCC (2018) e tantas outras leis que poderíamos aqui apontar. Quanto à Constituição de 1988, lemos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal de 1988 traz a educação como um direito de todos, tendo como objetivo o desenvolvimento do cidadão como forma de qualificação para a vida em sociedade, sendo o Estado e a família, instituições responsáveis pela garantia desse direito, portanto, instituições cujo papel se torna significativo e preponderante.

Partindo desse princípio, de ser a educação um direito de todos, em 13 de julho de 1990, no Brasil, é instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, um reflexo das leis internacionais voltadas para as crianças e adolescentes, defendendo-as, sendo prerrogativa marcante no campo do direito desses sujeitos, sendo, pois, instrumento de Lei n. 8.069 em vigor no país. Tal documento legal, é, pois, fundamental para garantia de direitos, sendo a proteção do Estado, independentemente da classe social que tais grupos pertençam, elemento próprio do texto do ECA em vigor.

Da leitura do *corpus* documental acerca da educação básica, temos identificado o direito à educação, bem como o respeito às fases etárias e seus processos cognitivos, bem como o fato da matrícula de crianças e adolescentes nas instituições de ensino ser um dever de pais e responsáveis. O art. 22 do ECA (1990), assim expôs em seu texto:

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei. (BRASIL, 1990).

Conforme evidenciamos acima, mães e pais ou tutores têm direitos iguais e deveres com responsabilidades comuns no cuidado e educação de seus filhos, zelar pelos direitos de difusão familiar de suas crenças e culturas é um deles. A garantia da educação, conforme observamos, é um direito fundamental e como tal, foi evidenciado como instrumento legal da LDB 9394/96, que corrobora com o entendimento do ensino fundamental ser obrigatório e gratuito nas escolas públicas, tendo início com 6 anos de idade e cujo objetivo, é, pois, a formação básica do cidadão.

Ainda, de acordo com a LDB 9394/96, tal fase da educação estaria acobertada com a realidade de ensino não presencial durante esse período de pandemia da Covid-19, uma vez que evidencia em seu art. 4º, §4º, que: “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. (BRASIL, LDB 9394, 1996). Portanto, e ainda sobre a garantia de direitos, fica explícito a manutenção da educação básica para os anos iniciais, de modo a assegurar o princípio elementar de “educação para todos”.

Em se tratando do texto do documento da Base Nacional Comum Curricular (2018), conhecida popularmente como BNCC, para além da garantia de direitos, conforme apontado pela Constituição Federal de 1988, o ECA (1990) e a LDB (1996), temos elencado um conjunto de competências gerais para o desenvolvimento da educação básica em todo o país, a saber: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BRASIL, 2018, p.57-58).

De acordo com o que prega a BNCC, os primeiros anos da educação básica–ensino fundamental, requer uma articulação necessária com as experiências vividas na fase

de educação infantil, tendo um enfoque direto com as aprendizagens lúdicas, com vista ao desenvolvimento de novas formas de conhecimento e de conexão dos(as) alunos(as) com o mundo de maneira mais proativa.

Todas essas leis têm a missão de tentar diminuir a desigualdade e garantir todos os direitos da criança para formação de um futuro cidadão, independentemente de sua classe social, da sua cor e/ou necessidade especial, uma vez que a educação é para todos ou deveria ser. Conforme argumentamos até aqui, a ludicidade é parte integral da educação e deve ser entendida como elemento de desenvolvimento das crianças também nos anos iniciais do ensino fundamental, conforme preconizou a BNCC, quando da necessidade de diálogo entre a fase da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

2.2 Anos iniciais: O lúdico para o ensino das crianças

Não é nenhuma novidade dizer que o lúdico contribui positivamente para o processo de desenvolvimento dos alunos. A questão é a defesa de ser ele, o ensino lúdico, parte comum e dialógica à educação básica nos anos iniciais do fundamental, quando crianças com 6 anos de idade passam a ser matriculadas nessa fase de ensino. A transição de uma fase a outra da educação acontece em meio ao entendimento de que as crianças que saem da educação infantil não deixam de ser criança, então o brincar ainda está presente no cotidiano delas. Deste modo, é de suma importância trabalhar com a ludicidade também nos anos iniciais.

Temos argumentado que o ganho e troca de experiências com a prática do lúdico conduzindo o aluno à compreensão da língua escrita e da língua falada, é, pois, elemento fundamental para o seu crescimento. De acordo com Base Nacional Comum Curricular (2018), os docentes, não só dos anos iniciais, mas também, de toda educação básica, devem promover e atentar para essas trocas de conhecimentos, uma vez adquiridas entre professores e escolas; professores e alunos(as); produção de materiais didáticos, dentre os quais os jogos, brinquedos e brincadeiras se fazem presentes para os avanços educacionais.

Não é nenhuma novidade falar que o professor em seu processo pedagógico enfrenta desafios diários dentro da sala de aula, e isso não foi diferente durante a pandemia da Covid-19, muito pelo contrário, acreditamos que tenham se intensificado, haja vista a necessidade urgente da oferta de aulas não presenciais e

a instrumentalização de espaços outros de aprendizagens, a exemplo da web e plataformas digitais.

Sabendo que é exigência da Base Nacional Comum Curricular (2018), que a criança que esteja matriculada até o 2º ano, com idade aproximadamente dos 7 anos, estar completamente alfabetizada, tendo acesso a conteúdo das disciplinas de língua portuguesa e matemática, nos questionamos: como fazer esse processo de alfabetização em meio à pandemia e a sua real necessidade de distanciamento social? Seria o ensino lúdico instrumento para isso? A resposta a tal questionamento, talvez venha a se efetivar quando tivermos em mente a relação do risco de contágio, conforme já anunciamos e as novas formas de planejamento empregadas pelos professores nesse período. O docente teve que pensar como seus alunos estavam vivenciando essa pandemia e tentar buscar alternativas educacionais, seja com atividades impressas ou por meio de aulas online. Quanto a isso, lemos:

Embora seja plausível o estabelecimento de uma idade ideal para as crianças estarem alfabetizadas, urge-se alertar para que isto ocorra de forma prazerosa, dinâmica. Caso contrário, o processo de ensino-aprendizagem ficará sufocante para os professores, que se sentem na obrigação de cumprirem o prazo; e às crianças, que nem sempre desenvolveram as capacidades cognoscitivas indispensáveis à aquisição da leitura e escrita. (MUNIZ; MUNIZ, 2016, p.26).

Conforme evidenciamos acima, a alfabetização ideal é aquela realizada na idade certa, tendo que acontecer de forma agradável e com uma dada dinâmica, para que as crianças desenvolvam as habilidades cognitivas necessárias para adquirir leitura e escrita. Mas também, é necessário relativizar o elemento, cumprir prazos, isso posto ser o processo de alfabetização algo correlato às capacidades cognitivas, que devem ser estimuladas em cada sujeito aprendente, portanto, temos que ter em mente, ser esse um processo com tempos individuais, próprios de cada ser.

A importância da diversão no processo de aprendizagem para alcançar as propostas sugeridas para a alfabetização nos anos iniciais, devem ter nas brincadeiras um caminho viável para incentivar as crianças à construção de conhecimentos, dentre os quais o ler e o escrever fazem parte. Nesse sentido, seja na escola ou não, a ludicidade está presente no cotidiano da criança em toda

infância, em casa ou onde ela estiver, pois o brincar é a forma como as crianças se comunicam com o mundo.

A capacidade de brincar possibilita às crianças um espaço para resolução dos problemas que as rodeiam. A literatura especializada no crescimento e no desenvolvimento infantil considera que o ato de brincar é mais que a simples satisfação de desejos. O brincar é o fazer em si, um fazer que requer tempo e espaços próprios; um fazer que se constitui de experiências culturais, que são universais, e próprio da saúde porque facilita o crescimento, conduz aos relacionamentos grupais, podendo ser uma forma de comunicação consigo mesmo e com os outros. (DALLABONA; MENDES, 2004, p.109).

O brincar possibilita soluções de problemas, o ato de brincar não é apenas uma simples gratificação do desejo. Brincar é ser você mesmo, fazer o seu tempo e espaço, conduzir o desenvolvimento físico e mental da criança, conseguindo ver o espaço que a rodeia de modo diferente, absorver e liberar sentimentos auxiliando no desenvolvimento.

O lúdico como prática pedagógica pode ser utilizado como um método bastante eficaz para fortalecer relacionamentos entre o aluno, o professor e o ambiente que ele esteja; assim como é fundamental que o professor saiba a direção e a responsabilidade da prática pedagógica que deseja realizar.

Os professores possuem um significativo papel no sentido de contribuir para a promoção do desenvolvimento da criança, partindo da compreensão de instâncias que não perpassam apenas pelas questões cognitivas, mas também pelas afetivas e educativas que permitem a criança a desenvolver conhecimentos e habilidades para funcionar em seu meio social, assim como interagir com os demais e sentir as consequências dessas interações. As crianças precisam aprender a conviver e a trabalhar com os outros em sociedade, aprendizado que se inicia na família e continua na escola. Através do brincar a criança desenvolve a si própria, sua percepção de mundo e sociedade. (MOTA, 2009, p.8-9).

Os professores são fundamentais e contribuem para o desenvolvimento de seus(suas) alunos(as), começando com exemplos em que a compreensão penetra não apenas em problemas cognitivos, mas também em problemas emocionais e educacionais, permitindo que as crianças desenvolvam conhecimentos e habilidades. Então as crianças precisam aprender a viver e a trabalhar com outras pessoas na sociedade. A aprendizagem começa em casa e continua na escola. Por

meio de jogos, as crianças desenvolvem a si mesmas, suas visões de mundo e da sociedade.

O lúdico é essencial para uma escola que se proponha não somente ao sucesso pedagógico, mas também à formação do cidadão, porque a consequência imediata dessa ação educativa é a aprendizagem em todas as dimensões: social, cognitiva, relacional e pessoal. (DALLABONA; MENDES, 2004, p.111).

Para uma escola que não consegue apenas ensinar, mas também cultivar cidadãos; o brincar é fundamental, pois conduz a ação educativa e a aprendizagem do meio social cognitivo, relacional e pessoal. Diversos autores defendem a utilização do lúdico como facilitador da aprendizagem e como recurso no processo educativo, a saber: Piaget (1976), Vygotsky (1992) e Kishimoto (1996). Para este último, o jogo é um instrumento pedagógico rico.

O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para a adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade, participando e questionando os pressupostos das relações sociais tais como estão postos. (KISHIMOTO, 1996 p. 26).

Segundo Kishimoto (1996), os jogos são uma ferramenta de ensino muito importante e têm grande valor social. Oferecendo possibilidades múltiplas de educação, podem propiciar o desenvolvimento físico e estimular a inteligência das crianças, preparando-as para a vida em sociedade, tornando-as aptas a participar, questionar e refletir o mundo a sua volta. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o lúdico ganha destaque como meio de aprendizagem; ao passo que dialoga com o conhecimento construído pela criança durante a fase da educação infantil e que, agora, tende a dar prosseguimento nessa nova fase do ensino fundamental I.

3 ADAPTAÇÕES NA EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA

A pandemia chegou sem dizer nada para ninguém, obrigando a sociedade a fazer isolamento social em um período de quarentena que tem durado meses, afetando diretamente a educação de todos os níveis escolares. Em um período pandêmico, professores e alunos vivem uma nova realidade que necessita de estratégias e táticas para suprir o cenário da educação e seus processos de ensino e aprendizagem, onde precisaram de adaptações que pudessem atender às novas realidades em curso, sendo o formato de aulas não presenciais e semipresenciais exemplos disso.

Dito isso, observamos que cada vez mais o cotidiano obrigou a escola e a família a trabalharem ainda mais juntas. O reinventar do diálogo dessas instituições foi necessário para que o ano letivo pudesse dar continuidade, ainda que de forma não presencial. O desenvolvimento das aulas ocorreu e continua ocorrendo através de suportes integrados às TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação, que no primeiro momento se apresentaram como uma solução viável para a educação, mesmo que a democratização do ensino venha sendo um obstáculo em curso e que tem afetado profundamente estudantes e profissionais da educação em condições socioeconômicas desfavoráveis à boa execução das aulas.

Para além das questões que dizem respeito às condições tecnológicas dos sujeitos educacionais, temos argumentado que a forma com a qual o docente tem sido instigado a planejar e executar suas aulas, acabam por ser processos desafiadores para muitos deles. Isso porque, tornam-se evidentes as dificuldades com os usos de aplicativos, edição de vídeos e mesmo a necessidade de turnos online para retirar possíveis dúvidas dos alunos, gerando uma sobrecarga de tempo de trabalho e uma habilidade para a promoção de uma comunicação facilitada entre pais e responsáveis.

No que pese a educação dos anos iniciais, os responsáveis são o elo entre a ação docente e a criança, sobretudo quando tratamos da forma de ensino não presencial. São eles, prováveis mediadores do processo ensino-aprendizagem e no auxílio aos educandos com as ferramentas digitais. Podemos chamar isso de uma formação compartilhada ou coletiva já que os responsáveis se tornam cada vez mais necessários, sobretudo, quando anunciamos a perspectiva da evasão escolar

durante esse momento pandêmico, sendo responsabilidade do Estado, mas também das famílias o acompanhamento e o olhar atento para as crianças.

A família, a escola e o ensino não presencial se apresentam como universos complementares na fase da educação dos anos iniciais. Isso é dito levando em consideração o fato de terem os ambientes domésticos sido invadidos pela escola e os pais foram responsabilizados de forma mais direta com uma função educativa no sentido das aprendizagens e do processo de ensino. Tudo isso, torna-se um problema que se tenciona e se aprofunda, haja vista o acúmulo de funções tanto das famílias para com a educação de seus filhos, como do corpo docente, que também de casa têm obrigações profissionais imbricadas a vivência cotidiana com afazeres domésticos. Segundo Guizzo, Marcello e Müller (2020), lemos:

Lazer e obrigações: como organizar a rotina das crianças na quarentena? Pais e filhos reunidos em casa por dias a fio podem até lembrar um ambiente de férias familiares. Mas a realidade imposta pelo novo coronavírus, que chegou com o ano letivo em andamento e muitos dos adultos de volta ao trabalho, não tem nada de lúdico. Sem poder sair, as famílias precisam, agora, conciliar as atividades de todos os moradores em um único ambiente. Para que consigam atravessar o período da melhor forma, segundo especialistas, é preciso calma e foco no presente para reinventar a rotina da casa. (GUIZZO; MARCELLO; MÜLLER, 2020, p.8).

Conforme observamos no trecho acima, pais e filhos, bem como todos que compõem a família, estão sendo obrigados a reorganizar suas rotinas, estabelecer conexões com o ambiente doméstico de modo a atender funções que antes estavam para além dessas fronteiras físicas do lar. A educação nessa direção, é, pois, exemplo palpável dessa mudança/adaptação que vem sendo necessária devido à pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo.

Pandemia, vida cotidiana e educação se tornam uma trama condutora de debates que há tempos se colocaram em segundo plano, mas agora são cada vez mais urgentes, a saber: a democratização da educação; o ensino de qualidade; o diálogo escola-família; os usos das TIC's de forma planejada e organizada; as desigualdades sociais; a instrumentalização de novas pedagogias atentas ao processo de aprendizagens, para não citar tantas outras questões latentes nesse momento. Sem sombra de dúvidas, a pandemia transformou e tem transformado as realidades dos ambientes de aulas, das formas instituídas e sobretudo, a relação com os sujeitos aprendentes.

No que pese a legislação educacional nesse período pandêmico, temos nos níveis nacional, estadual e municipal a publicação de diversos decretos com vista a regular e planejar as medidas necessárias para as aulas no país, sendo parâmetro para esses instrumentos de leis, a disseminação da doença Covid-19, a necessidade de isolamento social e de meios de barrar o avanço do vírus. Acerca do Decreto do Estado da Paraíba de 31 de julho de 2021, assim lemos:

Art. 8º § 2º Fica possibilitado aos municípios, conforme análise da realidade local, o retorno das aulas nas suas redes públicas a partir do mês de agosto, através do sistema híbrido, nos termos do Decreto 41.010, de fevereiro de 2021. (ESTADO DA PARAÍBA, DECRETO Nº41461, 2021).

Como observamos no trecho acima, o retorno às aulas na rede municipal de ensino ficou a cargo das prefeituras, que de acordo com a análise da realidade local teria capacidade de institucionalizar um processo de retorno gradual e seguro das escolas. Tendo por base essa prerrogativa, o município de Guarabira, local selecionado para execução do TCC que se apresenta, autorizou o retorno das aulas nas escolas, no dia 05 de abril de 2021, sendo essas obrigadas a atender medidas profiláticas nos ambientes de ensino e condições de trabalho adequadas, conforme identificamos na diretriz do Decreto 135/2021 em seu art. 1º, a saber:

Art. 1º As instituições de Ensino fundamental menor e maior, médio, superior, técnico e de cursos livres, públicas e privadas, as creches, como também os serviços de transporte escolar no âmbito do município de Guarabira/PB, deverão adotar medidas que garantam segurança aos estudantes, professores, colaboradores e profissionais da instituição, assim como medidas preventivas voltadas à contenção da curva de disseminação da COVID 19, que incluem os cuidados com higiene e distanciamento social. (GUARABIRA, DECRETO MUNICIPAL nº135, 2021).

Para um retorno de aulas seguro, todos os cuidados cabíveis com as questões de higiene pessoal e sanitização dos ambientes foram tomados, isso tudo como forma de minimizar os impactos gerados pelo vírus na sociedade e suas várias esferas, dentre as quais a educação é uma delas.

Ainda, de acordo com o que preconiza o Decreto 135/2021, o regime de ensino adotado para esse retorno gradual, seria o formato semipresencial, que constitui parte das aulas presencial e a outra parte não presencial. Foi também indicativo desse formato semipresencial de ensino, no que pese ao seu elemento

aulas presenciais, o respeito à capacidade máxima de ocupação das turmas de 50%, bem como a prerrogativa do revezamento de dias alternados para execução das aulas, tudo isso na intenção de diminuir, ao menos, o quantitativo de pessoal circulando nas turmas/escola. É bom lembrar que aqueles alunos que não puderem ou não quiserem retornar às aulas presenciais, é garantida a continuidade do modelo não presencial de ensino.

Fazendo menção às medidas mais gerais nos ambientes escolares, temos: todos, diariamente, terão que ter a sua aferição de temperatura feita logo que chegarem ao local; é fundamental a utilização de álcool 70% (setenta por cento); bem como, a manutenção de pelo menos, 1,5 metro de distância entre os estudantes, professores e colaboradores; e sobretudo, o uso de máscaras, como sendo requisito obrigatório, independentemente de quem seja.

Acerca dos momentos coletivos, como o tempo do recreio, fica indicado a sua supressão ou melhor dizendo, uma mudança necessária devido à Covid-19, não é permitido o recreio coletivo para toda a escola, como forma de conter as aglomerações. Portanto, outras formas de planejamento estão sendo acionadas pelas instituições de ensino e por seus profissionais para melhor assegurar a pausa recreativa com a devida segurança.

É preciso ressaltar que toda medida adotada deve levar em consideração o fato de estarmos sujeitos a pegar a doença, nessa direção, fica determinado que estando com qualquer um dos sintomas da Covid-19, alunos, funcionários e docentes devem se afastar para tratamento, ficando até 14 dias em quarentena. Tudo isso é muito válido, posto ainda ser um problema de saúde pública em eminência no país e no mundo. Embora seja inegável o avanço da vacinação, o que tem reflexo nos números diários de mortes e casos relacionados à doença, ainda assim, quando consideramos as crianças menores de 12 anos, estudos ainda estão sendo feitos e até o presente momento não se tem previsão de quando esse grupo poderá ser vacinado, sendo fundamental o olhar atento para as medidas de segurança adotadas para o retorno das aulas na fase de educação dos anos iniciais.

3.1 O lúdico na pandemia

Quando pensamos nas crianças enquanto estudantes, sabemos que elas trazem consigo uma bagagem de uma série de coisas que foram aprendidas com a

família e que será continuada na escola junto com o professor, é o que o Bourdieu (2010) chamou de “capital cultural”. O professor, nesse sentido, com um olhar sensível a esse “capital cultural”, tem um papel relevante para o desenvolvimento das questões cognitivas, efetivas e educativas da criança, sendo útil para desenvolver conhecimentos e habilidades que auxiliará no meio social e nas interações com outros sujeitos aprendentes. Então os pequenos ao brincar formam sua opinião sobre o mundo e a sociedade da qual pertence. Piaget (1976), assim, nos diz:

O jogo e o brincar, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, proporciona uma assimilação da real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando e brincando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil. (PIAGET, 1976, p.160).

Da leitura do trecho acima, observamos a defesa do jogo e do brincar como elementos próprios do processo de ensino e aprendizagem na educação, estimulando lugares específicos da criança, a saber: sensório motor e de simbolismo, sendo possível a criança melhor assimilar o que acontece em seu entorno, na sua realidade. Entende-se que nos anos iniciais do ensino fundamental, tais lugares já tenham sido acessados, cabendo agora a sua continuidade e manutenção, de modo ao desenvolvimento integral da criança em fase de alfabetização.

Tratando da contemporaneidade, identificamos que os meios tecnológicos, as chamadas TIC's, mesmo antes da pandemia já eram muito usados para o lazer, a educação e o trabalho. Contudo, no período pandêmico da Covid-19 houve uma intensidade crescente dos seus usos quando da configuração das aulas na modalidade não presencial e semipresencial.

A bem da verdade, o uso das TIC's como espaço de aula, instrumento pedagógico e de processo de produção de conhecimento ocorre em meio a um paradoxo, que devemos destacar: não ser próprio desse momento que estamos vivenciando, mas que se intensificou no presente. O que queremos argumentar é que as desigualdades socioeconômicas se escancararam na pandemia, afetando

diretamente àqueles alunos/famílias com menores recursos financeiros, bem como muitas das instituições públicas, que se vêm tendo que trabalhar com limitações em suas ferramentas tecnológicas, de acesso à internet e mesmo em situação de pouca formação docente para trabalhar com as TIC's. Tudo isso tem impacto direto com o processo do desenvolvimento pedagógico.

No que concerne ao fator rede móvel de telecomunicação, entendemos que o elemento localização, tanto das instituições de ensino como das residências dos alunos e professores, tem potencial relevância, isso posto, serem as áreas urbanas melhor assistidas em termos de acesso à internet de melhor qualidade, quando comparamos com áreas rurais. No que pese a docência e os processos de formação que levam em consideração a instrumentalização das TIC's nas vivências pedagógicas, lemos:

Além da disponibilidade de infraestrutura e recursos básicos, o preparo dos professores é também indispensável. Quanto ao papel do professor com relação ao uso dos recursos tecnológicos, é possível considerar haver muitos desafios e obstáculos que precisam ser superados. Dentre eles, uma formação inicial que contemple o uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem; e a capacitação dos profissionais que já atuam na rede de ensino. Mas, ao vislumbrar esse preparo, partimos do pressuposto de uma formação mínima (licenciatura) para atuar na área e etapa adequadas. (BRANCO; ADRIANO; BRANCO; IWASSE, 2020, p.6).

É de suma importância que a escola tenha uma infraestrutura adequada e recursos, mas também o investimento na qualificação do professor voltado para o uso de recursos tecnológicos que facilitam o processo de ensino e aprendizagem, além da capacitação mínima do curso de licenciatura para docentes que já estão lecionando há um bom tempo, se fazem necessários investimentos em uma formação continuada, seja via interesse individual ou dos órgãos ligados à gestão educacional – Secretaria de Educação, nos âmbitos municipais, estaduais e federais.

Portanto, não apenas a pandemia pôs em evidência as desigualdades socioeconômicas, como também tem nos feito pensar acerca da formação docente atenta aos usos das TIC's, no caso desse trabalho em particular, jogos, brincadeiras, contações de histórias no meio virtual, ou seja, o lúdico como componente do processo educativo. Não é nenhuma novidade, haja vista estarmos mencionando desde o início deste trabalho que a ludicidade auxilia no processo de

desenvolvimento do ensino e aprendizagem das crianças e que mesmo diante dos desafios postos e impostos pelo formato de ensino não presencial e semipresencial, a ludicidade se apresenta como um caminho possível para educadores e educandos. Sendo, neste caso, as tecnologias da informação e comunicação um suporte necessário e diríamos, até dialógico entre família, escola e os(as) alunos(as).

Tendo seus objetivos educacionais bastante positivos, a ludicidade durante a pandemia, tem cada vez mais se tornado essencial na fase da educação dos anos iniciais. Jogos, brincadeiras, histórias e pinturas se apresentam como uma série de atividades possíveis dentro desse universo que tem servido de exemplo dos usos dados ao lúdico quando pensamos nas práticas pedagógicas aplicadas nas salas virtuais de aprendizagens durante a pandemia. De forma planejada, a escola e as atividades lúdicas adentram os ambientes domésticos e criam novas relações da criança com o meio e os sujeitos que a cercam, sejam eles infantis ou adultos.

É válido destacar, referindo-se à pandemia, à vida cotidiana e à educação, que no dia 17 de março do ano de 2020, o Decreto Nº 40.128 do Estado da Paraíba atingiu instituições de educação públicas e privadas em todos os níveis de escolarização. Com o calendário do ano letivo prejudicado, algumas críticas foram sendo formuladas, a exemplo: alunos que terminaram o ano sem cumprir o conteúdo programado anualmente para cada série de acordo com a BNCC.

Não sabemos ao certo os desdobramentos da pandemia na educação, sobretudo, quando tratamos da educação básica nos anos iniciais, objeto desse trabalho, muito ainda tem que ser debatido e posto em evidência, no sentido de saber qual o impacto gerado pela Covid-19 na educação brasileira. Contudo, argumentamos serem necessárias reflexões, análises e construção de um conhecimento científico que nos permita anunciar novos caminhos possíveis para os processos de ensino-aprendizagem mais democráticos, inclusivos e que tenham na ludicidade um suporte positivo. Hoje, o que temos feito é de forma muito inicial, pensar o fenômeno educativo frente um olhar crítico acerca de uma história do tempo presente, dentre os quais o fator educação dos anos iniciais se coloca como elemento relevante.

3.2 Relatos de experiência: o lúdico e o ensino semipresencial

Entendemos que, durante a pandemia da Covid-19, o mundo teve que se reinventar, sendo a educação um lugar desse universo adaptado e adaptável a essa necessidade de isolamento social ocasionada pela questão de saúde pública instaurada. Fato é que no primeiro momento, a indicação feita na área da educação foi de fechar as escolas, como forma de barrar o avanço desenfreado do vírus. Contudo, formas de manutenção do ensino e aprendizagem foram sendo apresentadas, como possíveis meios de continuidade do processo de escolarização de crianças, jovens e adultos, pensando mesmo nos três níveis de ensino – fundamental, médio e superior.

O formato de ensino não presencial tem sido empregado desde então, sendo um formato que necessita da integração e familiaridade dos alunos, pais e professores às novas tecnologias da informação e comunicação, uma vez que as atividades, vídeo aulas, avaliações e mesmo o fator correspondente ao ensino lúdico foram instrumentalizados e pensados para sua execução nas plataformas digitais de ensino.

Em tempos de pandemia, os procedimentos tecnológicos têm provocado alterações e produzido reajustes de relações entre professoras e crianças, entre crianças e responsáveis e entre responsáveis e professoras. A mediação propiciada pelas tecnologias emerge, então, como um esforço para que os laços sejam mantidos e parece, pois, buscar naturalizar e fortalecer, na qualidade de estratégia que é, os usos da tecnologia como *facilitadores* (da aprendizagem, das relações interpessoais) e não como práticas excludentes e desiguais. (GUIZZO; MARCELLO; MÜLLER, 2020, p.6).

No que se refere à fase de educação dos anos iniciais, com a qual nos empenhamos nesse trabalho, temos observado as possibilidades de retorno às atividades presenciais, levando em consideração fatores como: oferta dessa modalidade de ensino de forma segura; desejo dos pais e responsáveis no retorno dos seus filhos às salas de aulas presenciais. Tais elementos são importantes de serem percebidos, isso porque serão eles que irão servir de indicativo para o que estamos chamando de ensino semipresencial, o que seja: parte presencial, parte não presencial.

O ensino semipresencial permite pensar o revezamento dos alunos na escola, ainda necessário em decorrência da disseminação da doença da Covid-19, podendo chegar a 50% da capacidade da sala de aula. É, também, uma tentativa de melhor

se adequar aos planos de retorno às aulas presenciais, uma vez que requer um retorno gradual e seguro.

Embora seja evidente o esforço com vista ao retorno seguro, temos observado que tudo isso tem levado em consideração a criança como detentora de direitos. Conforme já argumentamos em momento anterior desse trabalho, a leitura de um conjunto de leis da educação brasileira tem afirmado esse lugar ocupado pela criança e pelo adolescente na sociedade, oficializando um projeto de nação atenta a essa fase da vida. A Constituição de 1988, em seu artigo 206, inciso I diz: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Dito isso, e como forma de melhor apreender os meios de funcionamento da educação dos anos iniciais durante essa fase de pandemia da Covid-19, propusemos uma pesquisa de campo, feita via Google Forms, de modo a atender as necessidades de distanciamentos, sendo esse instrumento o mais adequado para tal intento. A pesquisa de campo foi feita na cidade de Guarabira - PB, no segundo semestre do ano letivo de 2021, sendo que o foco foram três escolas da rede pública do município que estão funcionando de forma semipresencial, através de questionário aplicado com docentes que estão atuando nas turmas dos anos iniciais.

A ideia inicial foi entender esse momento histórico em que a educação está imersa, porém, mais que isso, como os professores têm utilizado pedagogicamente o lúdico em suas aulas. Autores como Kishimoto (1996), Mota (2009) e Silva e Piedade (2017), contribuem para tal reflexão do brincar como prática pedagógica e de interação do professor, da escola, do(a) aluno(a) e da família. Como os professores poderiam valorizar e respeitar a ludicidade, e a infância no contexto da sala de aula? Sem sombra de dúvidas essa é uma questão relevante e que buscamos explicação.

O questionário aplicado para pesquisa de campo serve como caminho para uma resposta mais concreta. Esse foi um instrumento fundamental para o estudo que apresentamos, pois tentou descobrir os desafios enfrentados pelos professores para realizarem o lúdico nas salas de aulas, mas também tentar compreender o que eles pensam sobre o lúdico no processo de ensino e aprendizagem de crianças nos anos iniciais, mesmo diante de uma realidade pandêmica.

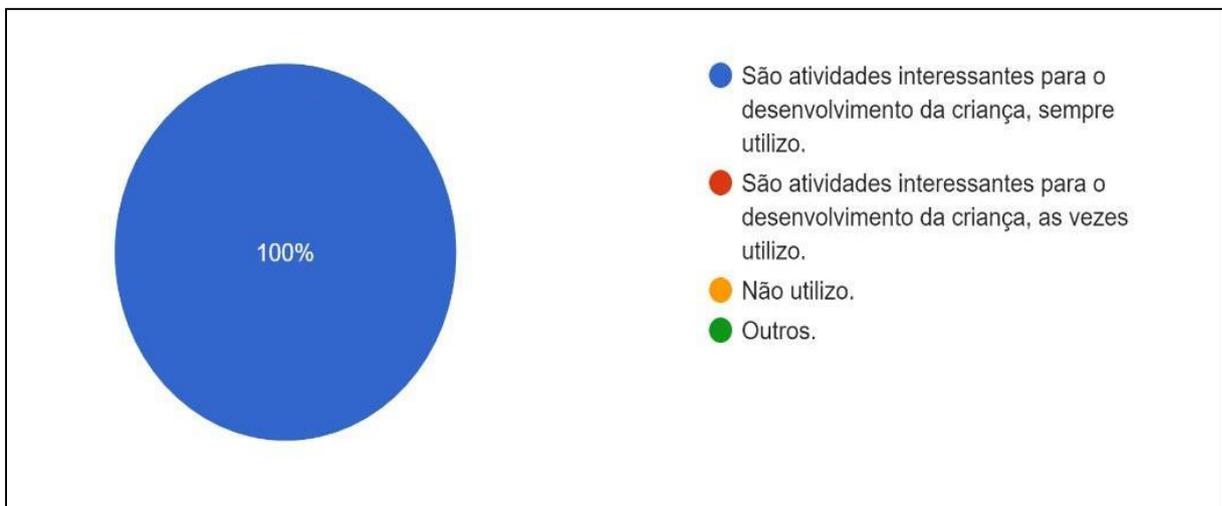
Como dito anteriormente, o questionário se deu de forma virtual através da plataforma Google Forms e enviado via WhatsApp aos docentes contatados, 6 (seis) participantes composto de 5 (cinco) mulheres e 1 (um) homem. O formulário foi

estruturado da seguinte maneira – identificação, que por uma questão ética terão suas identidades preservadas; e de um conjunto de 7 (sete) questões de múltipla escolha e aberta, nesse último caso, de modo a permitir uma maior liberdade do participante na hora de responder.

Entretanto, é válido destacar que ao final da coleta de dados gerada pelo formulário enviado para os ditos(as) professores(as), apenas 5 (cinco) retornaram, nesse sentido, é com essa pequena parcela amostral que estamos nos amparando para realizar reflexões acerca da pandemia, da educação e da ludicidade. E, isso tudo, sabendo que enquanto amostra, não estaremos aqui ou não devemos apontar os dados de forma generalista, correspondem sim, a uma possibilidade de leitura dos sujeitos que participaram e suas práticas, bem como das unidades de ensino ao qual pertencem.

Desse momento em diante, passamos a apresentar alguns dos dados gerados para essa pesquisa, sendo o primeiro deles referente aos usos do lúdico no processo de ensino-aprendizagem. Vejamos:

Gráfico 1 - O Lúdico e o processo de ensino-aprendizagem



Fonte: Gráfico criado pela própria autora: RAMO (2021), a partir do Google Forms.

Diante do exposto, observamos no gráfico acima uma resposta unânime, posto todos os participantes demonstrarem que as atividades lúdicas são instrumentos interessantes para o desenvolvimento das crianças, e, portanto, necessários na relação ensino-aprendizagem na fase de educação dos anos iniciais. Tal dado, nos permite dialogar com a temática apresentada nesse trabalho, de ser o

ensino lúdico não só relevante, como fundamental para as interações entre a escola e a criança, mesmo que a pandemia tenda a nos mostrar os caminhos para a manutenção da saúde e da vida, qual seja: uso de máscaras, álcool em gel, distanciamento social e vacina. Em meio a tudo isso, acrescentaríamos o lugar do brincar como elemento pedagógico, mas também de saúde e bem-estar na infância.

Toda criança que brinca se comporta como um poeta, pelo fato de criar um mundo só seu, ou, mais exatamente, por transpor as coisas do mundo em que vive para um universo em acordo com suas conveniências. O poeta age como criança que brinca: cria um mundo imaginário que leva muito sério, isto, que dota de grandes qualidades de afetos, sem deixar de distingui-los claramente da realidade (KISHIMOTO, 1996, p.19).

No que pese à segunda questão, a saber: como os professores desenvolveram suas atividades lúdicas na sala de aula? Realizamos uma leitura distinta e até mesmo representativa da diversidade das formas e método da aplicação do lúdico nas aulas. Vejamos:

Gráfico 2 - O lúdico na sala de aula



Fonte: Gráfico criado pela própria autora: RAMO (2021), a partir do Google Forms.

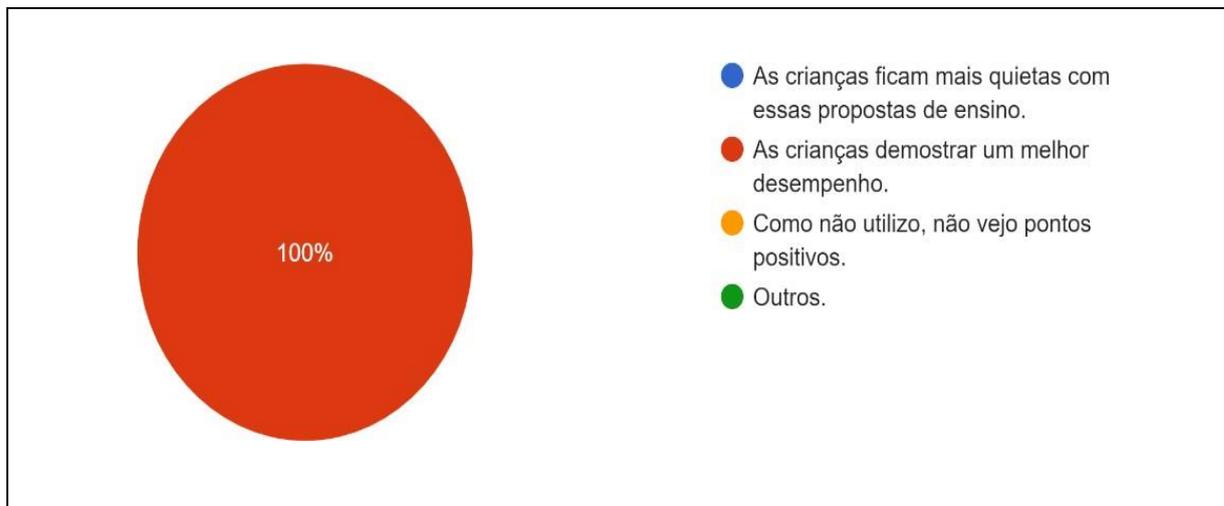
Como vínhamos argumentando, a forma, o tempo e o método de utilização do lúdico na sala de aula são algo muito particular de cada professor(a). Contudo, os resultados mostram que 60% dos professores utilizam o lúdico desde o início de sua profissão e o restante, 40%, passaram a utilizar o lúdico de forma mais contundente apenas na atualidade, ainda assim, essa foi uma questão importante, posto que a análise dos dados nos leva a interpretar que na contemporaneidade, em meio à

pandemia, seja o lúdico uma prática comum e utilizada por todos os participantes, sendo ou servindo de justificativa, os resultados obtidos com esse tipo de atividade, no qual se aprende brincando.

Toda escola de pensamento, retomando os grandes temas românticos inaugurados por Jean-Paul Richter e E.T.A Hoffmann, vê no brincar o espaço da criação cultural por excelência. Deve-se a Winnicott a reativação de um pensamento segundo papel o qual o espaço lúdico vai permitir ao indivíduo criar e entreter uma relação aberta e positiva com a cultura: “se brincar é essencial é por que é brincando que o paciente se mostra criativo”. (KISHIMOTO, 1996, p.19).

Pensando nisso, na relação que o lúdico tem no processo de ensino-aprendizagem, um novo questionamento foi formulado, a saber: Quais os principais pontos positivos em se trabalhar com o lúdico na Educação? Com base nessa indagação, segue o gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Pontos positivos inerentes ao uso do lúdico na Educação



Fonte: Gráfico criado pela própria autora: RAMO (2021), a partir do Google Forms.

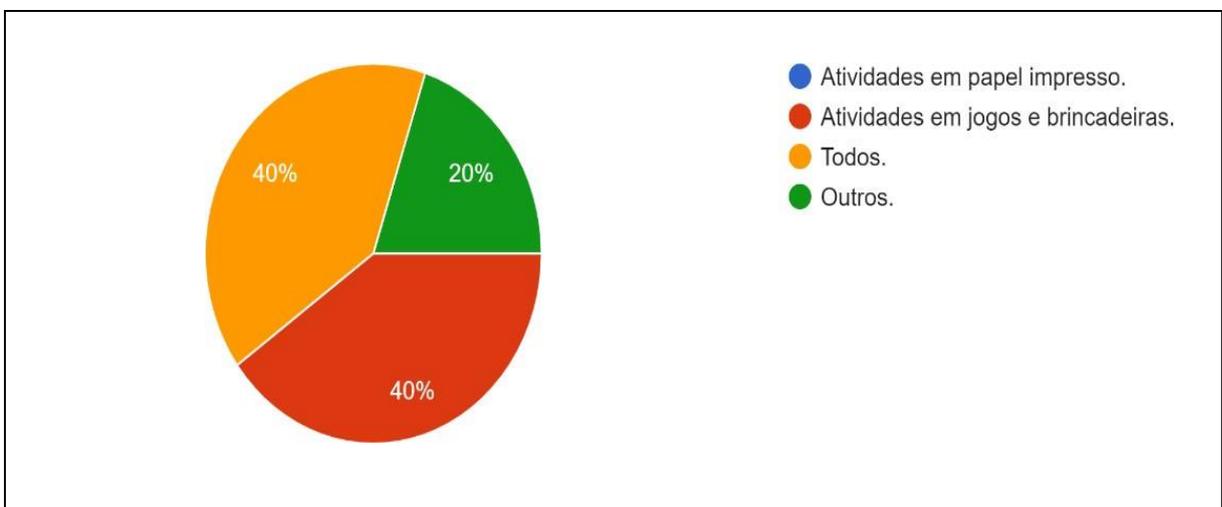
Conforme é possível constatar da leitura do Gráfico 3, mais uma vez obtemos uma resposta unânime, sendo a opção que relaciona o uso do lúdico e a possibilidade de um melhor desempenho de aprendizagens por parte das crianças algo bastante positivo. Pensando no momento pandêmico, na necessidade de mudanças adaptativas nas formas e no formato de aulas, essa resposta é relevante, quando empregada para formulação de uma proposição reflexiva, de que o emprego do lúdico tem sido para a educação dos anos iniciais, um instrumento poderoso de

articulação dos saberes e de interação dos sujeitos mesmo em meio ao medo do contato físico e/ou de aproximação dos sujeitos aprendentes e do professor no meio que os circunda.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. (SANTOS, 1997, p. 12).

Ao debater os usos do lúdico em sala de aula, nos interessa também saber sobre quais propostas de atividades lúdicas estamos tratando. Portanto, se faz pertinente o entendimento de quais instrumentos pedagógicos de ludicidade esses professores vêm utilizando em suas práticas, em especial quando do desenvolvimento da modalidade de ensino semipresencial. Nestes termos, temos os dados contidos em mais um gráfico, apresentado abaixo:

Gráfico 4 - Tipos de atividades lúdicas utilizadas em salas de aula



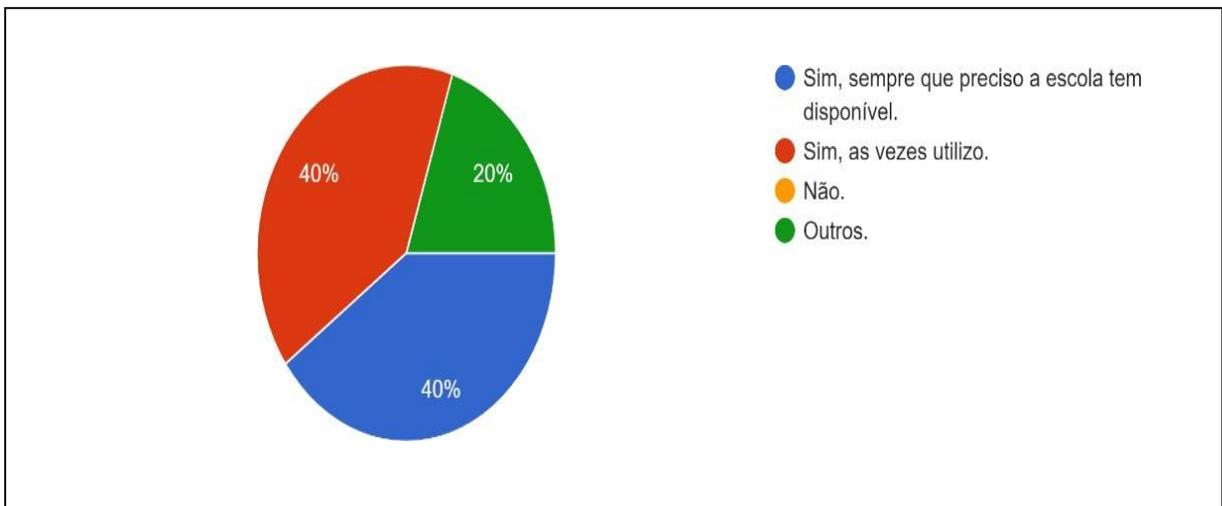
Fonte: Gráfico criado pela própria autora: RAMO (2021), a partir do Google Forms.

Observando os dados presentes no Gráfico 4, vemos um total de 40% utilizando jogos, brincadeiras, atividades em papel impresso e outros; 40% dizendo fazer uso de jogos e brincadeiras; e 20% indicando a opção, outros. Durante a pandemia da Covid-19, o ensino tem sido modificado para melhor atender às necessidades de saúde pública, mas também para garantir o direito da criança à educação, sendo assim, o modelo de ensino semipresencial, que permite parte das

aulas presenciais e outra parte à distância, tem se utilizado de estratégias de distribuição de tarefas impressas, dentre as quais a pintura e os desenhos são bem representativos nessa fase da educação dos anos iniciais. Contudo, percebemos, também, o quanto a atividade lúdica é associativa do ato de brincar e dos jogos, chegando a 40% das respostas dos entrevistados destinada ou representativa dessa forma de apreender: o lúdico enquanto instrumento de ensino e aprendizagem dinâmica, interativa e divertida.

Diante do que foi exposto, questionamos: as escolas têm disponibilizado meios/recursos materiais para as atividades lúdicas propostas pelos professores durante o processo de ensino-aprendizagem? Essa questão é fundamental, pois, muitas vezes, o planejamento do professor para as aulas acaba esbarrando em dificuldades diversas e fogem do bom desenvolvimento de sua prática pedagógica, o profissional da educação, venha a acionar. Dito isso, vejamos os dados do Gráfico 5:

Gráfico 5 - A escola, o recurso material e a aplicabilidade das atividades lúdicas



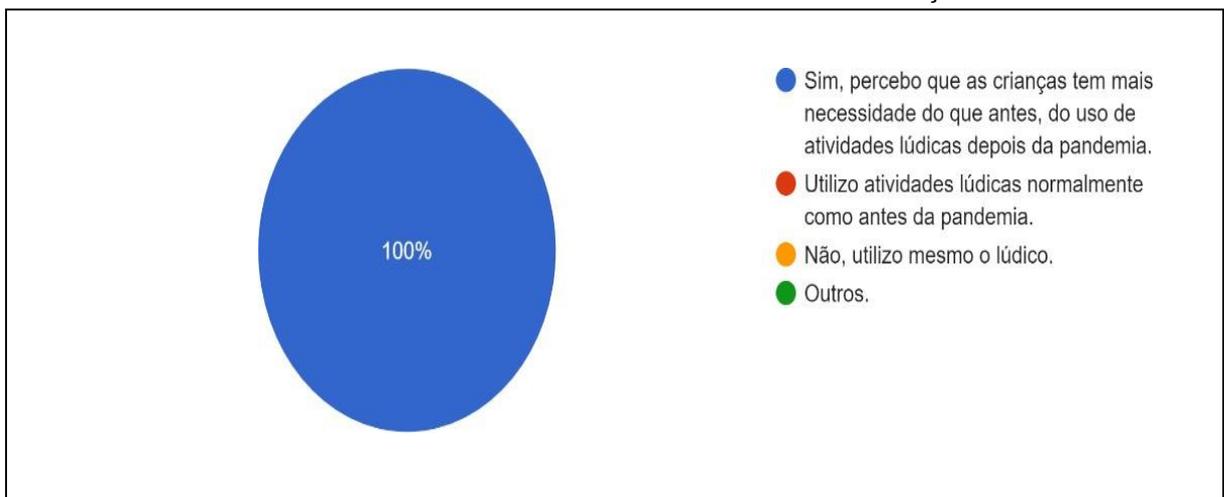
Fonte: Gráfico criado pela própria autora: RAMO (2021), a partir do Google Forms.

O resultado dos dados sobre a questão a respeito da escola disponibilizar ou não de materiais lúdicos, se considerarmos que sempre ou às vezes a escola tende a prover os recursos materiais associados à execução das atividades lúdicas nas salas de aulas temos, pois, uma soma correspondente a 80% dizendo que sim, a escola contribui para a aplicação de atividades lúdicas na fase de educação dos anos iniciais, o que é bastante positivo, uma vez que o apoio da instituição é fundamental e necessário para o bom desenvolvimento do que é planejado pelo professor e ofertado para o aluno. Apenas 20% dos participantes optaram por

apontar, outros, o que também é passível de leitura, uma vez que outros pode ser a utilização de jogos, atividades impressas e etc., feita via recurso próprio do professor ou de outras formas não apontadas aqui nesse trabalho, mas que sugerem outras maneiras de instrumentalização desses recursos que não pela escola em si.

Apesar de essa ser uma questão importante, nos é também fundamental entender se na pandemia da Covid-19 existiu uma maior necessidade de utilização do lúdico no processo de ensino-aprendizagem. Segue o quadro abaixo:

Gráfico 6 - A Pandemia da Covid-19 e o lúdico na Educação



Fonte: Gráfico criado pela própria autora: RAMO (2021), a partir do Google Forms.

Como observamos, 100% das respostas foram, sim, na pandemia da Covid-19 ficou evidenciado ainda mais a importância do lúdico na fase de ensino dos anos iniciais. Isso, porque os participantes perceberam que houve não só uma crescente em termos do seu uso, do lúdico em sala de aula, como um aumento de estratégias de ensino que levam em consideração a importância da interação, socialização e aprendizado que a atividade lúdica pode promover e sendo esse momento atual, de pandemia, algo cheio de tensão, medos e angústia e que de forma (in)direta tem afetado as crianças também, é que o lúdico se coloca como ponto crucial do ensino e aprendizagem.

Ainda, de acordo com o Gráfico 6 e em associação às questões abertas que foram propostas aos participantes, temos identificado que o lúdico tem sido recomendado por todos os(as) professores(as), em especial, quando de seu uso em atividades destinadas para educação dos anos iniciais. Ademais, os

participantes PFA, PFB e PFC¹, indicaram uma relação mais prática com o fator ludicidade. Assim lemos:

PFA:

Sim, ajuda em um melhor desempenho das crianças promovendo a aprendizagem, favorecendo a interação.

PFB:

Sim, o lúdico na aprendizagem está diretamente associado ao processo construção da autonomia e desenvolvimento intelectual.

PFC:

Sim, o lúdico é um instrumento que auxilia muito na sala de aula. Ajuda na concentração, foco, percepção, entre outras habilidades.

Pelo exposto, apreendemos o lugar do lúdico como sendo de real destaque para o aluno, o docente e a relação de ensino-aprendizagem advinda dessa interação sujeito-aprendente e o conhecimento que brota do ato do brincar. Os dados levantados pelo questionário trazem relatos diversos de professores(as) que estão em exercício no magistério, sendo, pois, as reflexões sobre a importância do uso da ludicidade no cotidiano escolar um espaço rico e promissor do fazer pedagógico e do processo formativo das crianças.

¹PFA, PFB, PFC, são as siglas elencadas para uma melhor identificação dos entrevistados e ao mesmo tempo respeitar o sigilo de suas identidades. Assim, sendo PF, corresponde a professor(a) e o número dos entrevistados. Informamos que o termo de livre consentimento está em anexo e que o trabalho segue respaldado pela Lei de desburocratização n. 13.726, de 8 de outubro de 2018.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, a ludicidade, a educação e a criança sempre estiveram como foco principal. Essa última, a criança, foi ganhando direitos com o passar dos tempos, ganhando uma proteção integral do Estado e da família, o que ficou evidente na reflexão das leis gerais, a exemplo da Constituição Federal (1988), ECA (1990), LDB (1996) e BNCC (2018).

Ademais do suporte legal, que garante o direito à educação para todos, foi necessário instrumentalizar caminhos para se pensar a aplicabilidade do ensino lúdico durante a pandemia, para tanto essa pesquisa além de ser de cunho bibliográfico com a intenção de entender a temática do lúdico nos anos iniciais da educação básica, também foi ela uma pesquisa de campo. Com a intenção de apreender como jogos e brincadeiras estão sendo utilizados nas aulas não presenciais e semipresenciais durante esse momento de pandemia da Covid-19.

Nessa direção, ficou evidente que a pandemia trouxe consequências negativas no cenário educacional, no capítulo 3, trouxemos relatos de alguns professores quanto à importância da continuidade e utilização do lúdico em salas de aulas dos anos iniciais do ensino fundamental. Contudo, é válido destacar que o cenário pandêmico aproximou a escola e a família, sendo os educandos e as ferramentas digitais, meios facilitadores e fundamentais do processo de ensino e aprendizagem.

Conforme argumentamos e defendemos ao longo do trabalho, não temos dúvidas que as atividades lúdicas eram e são necessárias para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades diversas dos estudantes, pois como prática, são métodos eficazes para fortalecer relacionamentos entre o aluno, o professor e o ambiente.

Concluimos dizendo que o lúdico é uma proposta viável e é importante que esteja presente nos anos iniciais, pois as crianças, mesmo que estejam em transição da educação infantil para o fundamental, continuam sendo crianças e não deixam de brincar, nem com jogos ou brincadeiras em seu dia a dia. Nesse sentido, cabe aos professores, traçar estratégias de planejamento que leve em conta o lúdico como elemento inerente ao processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais da educação básica brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. S. A importância da ludicidade durante a pandemias do covid-19 como instrumento metodológico na educação infantil para o desenvolvimento integral do educando. In: **Anais do VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU** - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67684>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANCO, A. B. de G. et al. Recursos tecnológicos e os desafios da educação em tempos de pandemia. **Anais do CIET:EnPED:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)**, São Carlos, ago. 2020. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1736>>. Acesso em: 01 nov. 2021

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: **DOU Diário Oficial da União. Publicado no D.O.U em 16 julho de 1990**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação–PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. **Lei federal Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4aUTW65UNVpWT495>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

DALLABONA, S. R.; MENDES, S. M. S. O Lúdico na Educação Infantil: Jogar, Brincar, uma Forma de Educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. [S.l.], v. 1, n. 4, jan.-mar./2004. Disponível em: <<https://bityli.com/l0dCCqa>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

GUARABIRA. Decreto nº 135/2021, 05 de abril de 2021. **Lei durante a pandemia da covid19 no município de Guarabira**. Disponível em: <<https://connectatecnologia.com.br/guarabira/sis/files/decretos/Decreto%20135-2021.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

GUIZZO, B. S.; MARCELLO, F. de A.; MÜLLER, F. A Reinvenção do Cotidiano em Tempos de Pandemia. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, 2020. p.1-18. Disponível em: <<https://bityli.com/kjZ0PNh>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MOTA, D. E. A. A. **A criança e o brincar**: Desafios e perspectivas na educação infantil. 2009. 47 f. Monografia. Universidade Candido Mendes, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<https://bityli.com/eXh7BE>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MUNIZ, R. de F.; MUNIZ, S. M. (RE) Pensando a Alfabetização na Idade Certa. **Educação & Linguagem**. [S.l.], ano 3, n. 1, p. 24-31, jun. 2016. Disponível em: <http://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2017/05/3_EDUC_20161_v2.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

OLIVEIRA, L. de; SILVA, G. M. Di D. **A Importância da Ludicidade nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2018, 11 f. Dissertação (Pós-graduação em Práticas Pedagógicas) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/RflcwTG>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

PARAÍBA. Decreto Estadual nº 40.128 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual. **Paraíba: DOE Diário Oficial do Estado**. Publicado no D.O.E em 19 de

março de 2020. Disponível em: <<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/janeiro/marco/diario-oficial-21-03-2020.pdf>> Acesso em: 28 out. 2021.

PARAÍBA. Decreto Estadual nº 41.461 de 31 de julho de 2021. Dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19). **Paraíba: DOE Diário Oficial do Estado.** Publicado no D.O.E em 31 de julho de 2021. Disponível em: <<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2021/julho/diario-oficial-31-07-2021-suplemento.pdf>> Acesso em : 02 nov. 2021.

PIAGET, J. **A Equilibração das Estruturas Cognitivas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SACCHETTO, K. K. *et. al.* **O ambiente lúdico como fator motivacional na aprendizagem escolar.** Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, v.11, n.1, p. 28-36, 2011. Disponível em: <https://up.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Graduacao/CCBS/Pos-Graduacao/Docs/Cadernos/Volume_11/Kaufmann-Sacchetto_et_al_v_11_n_1_2011artigo_2.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SANTOS, S. M. P. dos. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SILVA, I. M. *et al.* O uso da ludicidade nos anos iniciais do ensino fundamental: desafios e postura docente. *In:* CONGRASSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO,6., 2019, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA17_ID9125_07082019152908.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SILVA, C. M. M. da; PIEDADE, M. do S. da. **O lúdico e suas contribuições no desenvolvimento cognitivo e interativo dos alunos da educação infantil.** 2017, 47 f. Monografia. Universidade Federal Rural da Amazônia, Pará, 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/BW4NjQ>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar desta pesquisa de campo fazendo relatos de minhas experiências referente ao projeto de pesquisa intitulado(a): **O LÚDICO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: COMO OS EDUCADORES O UTILIZAM DURANTE A PANDEMIA**, desenvolvida pela pesquisadora **Josefa Maria dos Santos Ramo**, a quem poderei contactar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (83) 988452043 ou E-mail: Josef.santosramo@gmail.com.

Afirmo que acertei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais busca investigar processos de formação docente.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional da Educação, do Ministério da Educação.

Minha colaboração se fará de forma anônima por meio de entrevista. O acesso e a análise dos dados coletados se farão pela pesquisadora. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para o meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Guarabira, 14 de setembro de 2021.

Assinatura do(a) participante: _____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Perguntas:

1. Sobre o lúdico no processo de ensino e aprendizagem?
 - São atividades interessantes para o desenvolvimento da criança, sempre utilizo.
 - São atividades interessantes para o desenvolvimento da criança, as vezes utilizo.
 - Não utilizo.
 - Outros

2. Em seu tempo de trabalho como professor(a), desenvolveu atividades lúdicas em sua sala de aula?
 - Desde do início da minha docência utilizo atividades lúdicas.
 - No início da minha docência não utilizava, mas hoje vejo várias vantagens e utilizo.
 - Não utilizo.
 - Outros.

3. Existe ponto positivo em trabalhar com o lúdico?
 - As crianças ficam mais quietas com essas propostas de ensino.
 - As crianças demonstrar um melhor desempenho.
 - Como não utilizo, não vejo pontos positivos.
 - Outros.

4. Utilizam geralmente quais matérias lúdicos na sua sala de aula? E durante o ensino semipresencial?

- Atividades em papel impresso.
- Atividades em jogos e brincadeiras.
- Todos.
- Outros.

5. A escola disponibiliza de matérias lúdico para o desenvolvimento no processo de aprendizagem das crianças?

- Sim, sempre que preciso a escola tem disponível.
- Sim, as vezes utilizo.
- Não.
- Outros.

6. Depois da pandemia existiu mais necessidade de usar o lúdico na sala de aula

- Sim, percebo que as crianças tem mais necessidade do uso depois da pandemia.
- Utilizo normalmente como antes da pandemia.
- Não, utilizo mesmo o lúdico.
- Outros.

7. Você recomenda/usa atividades lúdicas na educação nos primeiros anos do ensino fundamental?